



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO



PERÍODO: 21/08/2024 a 09/09/2024



LOCAL: VESPASIANO CORREA/RS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 29°11'19.1"S 51°51'42.5"W

ATIVIDADES: Cultivo de erva-mate - CNAE 0139-3/02



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL

ÍNDICE

1. EQUIPE	03
2. DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL (EMPREGADOR)	04
3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	05
4. DA AÇÃO FISCAL	06
4.1 Das informações preliminares	06
4.2 Das irregularidades trabalhistas constatadas	07
4.3 Das providências adotadas	07
4.4 Dos Autos de Infração	07
5. CONCLUSÃO	08
6. ANEXOS	09



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL

1. EQUIPE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Auditores-Fiscais do Trabalho



Coordenadora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



Procuradora do Trabalho



POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



POLÍCIA FEDERAL





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL

2. DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL (EMPREGADOR)

- Nome [REDACTED]
- CPF [REDACTED]
- INSCRIÇÃO ESTADUAL RS: 466/1008390
- CNAE: 0139-3/02 Cultivo de erva-mate
- Endereço [REDACTED]
- Telefone: [REDACTED]
- Email: [REDACTED]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL

3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Empregados alcançados	04
Trabalhadores sem registro	04
Trabalhadores registrados durante a ação fiscal	04
Trabalhadores registrados durante a ação fiscal - Mulheres	00
Resgatados total	00
Mulheres resgatadas	00
Adolescentes resgatados (menores de 16 anos)	00
Adolescentes resgatados (entre 16 e 18 anos)	00
Trabalhadores estrangeiros	04
Trabalhadores estrangeiros registrados na ação fiscal	04
Trabalhadores estrangeiros resgatados	00
Trabalhadores estrangeiros - mulheres resgatadas	00
Trabalhadores estrangeiros - Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Trabalhadores estrangeiros - Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
Guias de seguro desemprego do trabalhador resgatado	00
Valor bruto das rescisões (relativo ao adolescente)	00
Valor líquido recebido das verbas rescisórias (relativo ao adolescente)	00
Valor dano moral individual	00
Valor dano moral coletivo	00
FGTS mensal recolhido no curso da ação fiscal	00
Nº de autos de infração lavrados	02
Termos de apreensão de documentos	00
Termos de Ajustamento de Conduta (MPT e DPU)	00
Termos de interdição lavrados	00
Termos de suspensão de interdição	00
Prisões efetuadas	00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL

4. DA AÇÃO FISCAL

4.1. Das informações preliminares

Na data de 19/08/2024, teve início ação fiscal desenvolvida na modalidade Auditoria Fiscal Mista, conforme art. 30, § 3º, do Decreto Federal n. 4.552, de 27/12/2002, realizada em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, com a Polícia Federal e com a Polícia Rodoviária Federal, da qual participaram 04 (quatro) Auditores-Fiscais do Trabalho; 01 (uma) Procuradora do Trabalho, acompanhada por 01 (um) Agente de Segurança Institucional; 02 (dois) Agentes da Polícia Federal e 03 (três) Policiais Rodoviários Federais.

A ação fiscal foi realizada no bojo da "Operação Resgate IV", ação conjunta realizada em todo o território nacional, com a finalidade de combater o trabalho em condições análogas à de escravo e o tráfico de pessoas.

Em cumprimento à ordem de serviço expedida pela Superintendência Regional do Trabalho no RS, a ação fiscal, na empresa [REDACTED] iniciou-se no dia 21/08/2024, com o deslocamento de toda equipe ao endereço da Fiscalizada, localizada no município de Vespasiano Corrêa/RS.

Comparecendo ao endereço do estabelecimento, após apresentação das credenciais da fiscalização foi realizada a inspeção fiscal no estabelecimento, o alojamento dos seus empregados assim como a identificação e entrevista com todos os trabalhadores que, na ocasião, encontravam-se em atividade do corte de erva-mate.

Na sequência, foram entrevistados o titular da empresa, [REDACTED] que se encontrava no local, que forneceu à fiscalização esclarecimentos quanto às questões da empresa, seu funcionamento, seus objetivos, formas de contratação dos trabalhadores além de fornecer, na oportunidade, alguns documentos de interesse da fiscalização.

Foi constatado que a fiscalizada trata-se de produtor rural, do cultivo da erva-mate, sendo identificado com o código número 0139-3/02 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE e com a Inscrição Estadual n.º 466/1008390, que é o número que representa o registro formal do negócio no cadastro do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL

Após as inspeções fiscais e entrevistas foi possível, à Fiscalização do Trabalho, concluir pela inexistência de trabalhador submetido à condição análoga à de escravo, contudo, no curso da ação fiscal foram identificadas outras irregularidades que configuram infração à legislação trabalhista.

4.2. Das irregularidades trabalhistas/trabalhadores em atividade

Nesta inspeção fiscal se localizou 04 (quatro) trabalhadores, todos argentinos, que foram identificados e entrevistados, por esta fiscalização do trabalho.

Na oportunidade foram localizados no local de prestação de seus serviços, todos trabalhando em atividades típicas da empresa, no corte de erva-mate, com jornadas de trabalho definidas, com a definição das atividades a desenvolver e mediante pagamento.

Houve a constatação, por esta fiscalização do trabalho que, todos estes trabalhadores identificados encontravam-se despossuídos dos obrigatórios registros de emprego cuja ilegalidade foi materializada através da lavratura do Auto de Infração n.º 22.830.375-3 [DOC. 01].

Concomitantemente, houve irregularidade no que pertine ao prazo de anotação na CTPS destes trabalhadores sem registro, cuja ilegalidade foi materializada através da lavratura do Auto de Infração n.º 22.830.380-0 [DOC. 02].

4.3. Das providências adotadas

No curso dos trabalhos de inspeção, após esclarecimentos, houve o compromisso do empregador no sentido de regularizar os respectivos registros de emprego.

Sinaliza-se, por oportuno, quanto a esta situação descrita que o empregador atendeu a solicitação desta fiscalização procedendo aos registros de todos os trabalhadores identificados.

4.4. Dos Autos de Infração

As irregularidades mencionadas ensejaram a lavratura dos Autos de Infração abaixo descritos, enviados via postal, cujos históricos descrevem detalhadamente, naturezas das irregularidades.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO SUL

	Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
1	22.830.375-3	001775-5	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente, o empregador não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte.	Art. 41, caput, c/c art. 47, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17
2	22.830.380-0	002206-3	Deixar o empregador de anotar a CTPS do trabalhador no prazo legal.	Art. 29, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com art. 15, incisos I e II, da Portaria MTP 671/2021

5. CONCLUSÃO

No caso em apreço, em consonância com o diagnóstico técnico embasado pelas determinações da Instrução Normativa nº 2/MTP, de 08/11/2021, e de seus indicadores, conclui-se que não havia no estabelecimento fiscalizado, no momento da fiscalização, evidência de práticas que caracterizassem situações de trabalho análogo ao de escravo, embora tenham sido encontradas irregularidades trabalhistas objeto de autuação.

Porto Alegre/RS, 07 de outubro de 2024.

